

# A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DOS SURDOS NO BRASIL A PARTIR DA TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL

Mayara Teixeira Sena<sup>1</sup>  
Hilda Rosa Moraes de Freitas Rosário<sup>2</sup>

## RESUMO

Este trabalho visa apresentar os momentos históricos que permeiam o ideário da Educação dos Surdos no Brasil, o qual subordinou-se durante muitos anos aos preceitos definidos pelo modelo médico de deficiência, pautado na cultura ouvintista, na qual o surdo é tido como um elemento que não se encaixa nos padrões socialmente aceitos; além disso, busca-se analisar e relacionar esse ideário de Educação dos Surdos com o pensamento do sociólogo P. Bourdieu (1970), em torno da educação, conhecido como Teoria da Reprodução em sua vertente bourdieusiana, a qual refere-se ao processo de reprodução das desigualdades e que de alguma forma a instituição escolar é responsável por este processo de perpetuação da ordem social, implicando em um conjunto de ações e mecanismos sociais orientados na direção de assegurar a reprodução da classe dominante; isto é, das ideias dominantes que têm ao seu dispor os meios de produção material. O trabalho é estruturado e desenvolvido trilhando uma metodologia qualitativa de análise documental, seguindo os direcionamentos de Sá-Silva, Almeida, Guindani e Flick, baseada em documentos que permeiam o processo da educação dos surdos e de desenvolvimento da cultura surda, como as legislações vigentes. É possível perceber inicialmente, que a história da educação dos surdos, enfrenta diversas barreiras, como por exemplo, a restrição do uso da língua de sinais, no processo de educação de crianças surdas, o que nos leva a compreender brevemente isto como um mecanismo de controle dos ouvintes, tidos como classe dominante, para com o povo surdo, tidos como classe não dominante.

**Palavras-chave:** Povo surdo, Reprodução social, Cultura ouvintista.

## INTRODUÇÃO

A história da educação dos surdos no Brasil está intrinsecamente ligada a movimentos globais e locais que se organizam em torno de concepções médicas, educacionais e culturais que impactam diretamente as políticas de inclusão e exclusão. Desde os primeiros passos no modelo clínico-terapêutico até os avanços contemporâneos em uma perspectiva bilíngue e cultural, uma trajetória revela um campo de tensão entre diferentes formas de conceber o surdo: como deficiente, no paradigma médico, e como membro de uma comunidade linguística e cultural, sem paradigma sociocultural.

---

<sup>1</sup> Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Pará; Mestra em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Pará; Graduada em Licenciatura em Matemática pela Universidade Federal do Pará; Graduada em Licenciatura em Letras-Libras pela Universidade Federal Rural da Amazônia. [maysena.1770@gmail.com](mailto:maysena.1770@gmail.com);

<sup>2</sup> Orientadora. Doutora em Teoria e Pesquisa do Comportamento (UFPA). Profa. Adjunto IV, lotada no Instituto Ciberespacial (UFRA-Belém). [hilda.rosario@ufra.edu.br](mailto:hilda.rosario@ufra.edu.br);

A educação dos surdos no Brasil começou no século XIX, com a criação do Imperial Instituto dos Surdos-Mudos (atual Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES), fundado em 1857 por Dom Pedro II, sendo o primeiro espaço voltado exclusivamente para a educação de surdos. O INES melhorou as diretrizes do modelo educacional francês, baseado na metodologia de ensino oralista, que privilegiava a fala e a leitura labial, excluindo o uso da Língua de Sinais. Esse modelo considerava a surdez como uma deficiência que deveria ser “corrigida” por meio do ensino da fala (Silva, 2017).

A abordagem clínico-terapêutica foi predominante até meados do século XX, com uma forte influência do modelo médico de deficiência. Nesse contexto, os surdos eram vistos como indivíduos que necessitavam de reabilitação, sendo a deficiência auditiva o foco principal. Os esforços concentraram-se em métodos de oralização e na tentativa de integrar os surdos na sociedade ouvintista, deixando de lado a valorização de suas especificidades culturais e linguísticas (Sá, 2006). Essa abordagem está em consonância com o que Bourdieu denomina de "violência simbólica", onde uma cultura dominante impõe seus valores, marginalizando outras formas de expressão cultural (Bourdieu, 2013).

A partir dos anos 1980, com a crescente discussão sobre os direitos humanos e o surgimento de movimentos surdos organizados, a Língua Brasileira de Sinais (Libras) começou a ser reconhecida como parte essencial da identidade dos surdos. Esse período marcou uma ruptura com o paradigma clínico, iniciando uma transição para a valorização da cultura surda e a reivindicação da educação bilíngue, onde o português é ensinado como segunda língua, e a Libras é reconhecida como a língua materna dos surdos (Skliar, 1997).

O reconhecimento oficial da Libras ocorreu em 2002 com a Lei 10.436, que legalizou seu uso em contextos educacionais e sociais. A partir desse marco, novas políticas públicas foram inovadoras, incentivando a formação de professores bilíngues e o uso de Libras em salas de aula. Contudo, a adoção do modelo bilíngue não foi isenta de desafios, uma vez que ainda coexistem práticas educacionais baseadas no oralismo em várias instituições (Gesser, 2009).

Do ponto de vista sociológico, a transição do modelo clínico para o bilíngue pode ser comprovada sob a perspectiva da Teoria da Reprodução Social de Pierre Bourdieu. A escola, enquanto espaço de transmissão de capital cultural, ao longo de décadas perpetuou uma visão ouvintista e clínico-terapêutica da surdez. Conforme Bourdieu (1998), a

educação tende a reproduzir as desigualdades sociais ao legitimar uma cultura dominante, neste caso, a cultura ouvinte, em detrimento de outras, como a cultura surda. Dessa forma, a marginalização dos surdos nas instituições educacionais reflete o que o sociólogo descreveu como a reprodução simbólica da dominação cultural, onde os surdos foram excluídos por não se enquadrarem no padrão linguístico dominante.

Atualmente, com o avanço das políticas de inclusão e o fortalecimento dos movimentos surdos, a educação de surdos no Brasil está orientada por uma perspectiva bilíngue e bicultural. A cultura surda é valorizada, e a Libras ocupa um lugar central nas práticas pedagógicas. A lei brasileira de inclusão (Lei 13.146/2015) fortaleceu esses direitos, garantindo que a educação para surdos fosse orientada pelos princípios da acessibilidade linguística e respeito às diferenças culturais (Quadros, 2012).

Por fim, a história da educação dos surdos no Brasil pode ser compreendida como uma luta contínua pela afirmação de direitos e identidades. Desde o domínio do modelo clínico até os dias de hoje, o que se observa é uma transformação progressiva das práticas educacionais, que, embora ainda enfrente desafios, caminha para uma valorização da diversidade e da inclusão bilíngue. Esse processo de mudança reflete uma tentativa de romper com os mecanismos de reprodução das desigualdades, conforme planejado por Bourdieu, e considerar a surdez como uma diferença cultural, e não como uma deficiência a ser superada (Skliar, 2011).

A partir disso, a análise deste trabalho utilizará como base a Teoria da Reprodução Social de Pierre Bourdieu, que oferece um arcabouço teórico para compreender como as desigualdades sociais são perpetuadas por meio de instituições como a escola. Segundo Bourdieu (2013), o sistema educacional desempenha um papel fundamental na manutenção da ordem social, ao reproduzir o capital cultural e simbólico das classes dominantes. Nesse sentido, a educação acaba por legitimar as desigualdades, uma vez que apresenta o sucesso escolar como fruto do mérito individual, ignorando as vantagens estruturais que as classes sociais mais favorecidas possuem.

A educação de surdos, ao longo de sua história no Brasil, revela-se um exemplo claro desse processo de reprodução. Durante muitos anos, o modelo clínico-terapêutico foi imposto como o ideal para a educação de surdos, refletindo a imposição da cultura ouvinte sobre a comunidade surda. Essa dominação simbólica, segundo Bourdieu (1998), não é apenas um reflexo de uma relação de poder, mas é também naturalizada pela própria instituição educacional, que tende a fortalecer as normas e expectativas da classe dominante. No contexto da educação dos surdos, isso significa que a escola, ao privilegiar

o oralismo e excluir a Língua de Sinais, contribuiu para a marginalização da cultura surda e para a perpetuação das desigualdades que os surdos enfrentam.

A introdução da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e o avanço do modelo bilíngue nas últimas décadas são, portanto, uma tentativa de romper com essa reprodução simbólica, registrando a surdez como uma diferença linguística e cultural, e não como uma deficiência que deve ser corrigida. Contudo, uma análise à luz da teoria de Bourdieu revelará como essas transformações ainda enfrentarão resistências e como o sistema educacional pode, mesmo nas tentativas de inclusão, continuar a reproduzir certas desigualdades estruturais.

Assim, o uso da Teoria da Reprodução Social permitirá uma compreensão mais aprofundada de como as mudanças no campo da educação dos surdos refletem tantas rupturas quanto as continuidades com os mecanismos de dominação e reprodução culturais presentes na sociedade brasileira.

## **METODOLOGIA**

A metodologia desta pesquisa segue uma abordagem qualitativa de análise documental, que tem como objetivo examinar criticamente documentos históricos e educacionais relacionados à trajetória da educação de surdos no Brasil. Conforme Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009), a análise documental é uma técnica que se baseia no exame de registros escritos ou visuais, podendo incluir textos oficiais, leis, pareceres, relatórios e outros tipos de documentos que permitem uma reflexão aprofundada sobre o objeto de estudo.

Inicialmente, foi feita uma revisão bibliográfica para identificar e selecionar materiais fundamentais para a construção da história da educação dos surdos, desde os primeiros registros institucionais até os dias de hoje. Esses documentos incluem, entre outros, a Lei 10.436/2002, que regulamenta oficialmente a Língua Brasileira de Sinais (Libras), e a Lei Brasileira de Inclusão (Lei 13.146/2015), que estabelece princípios de acessibilidade educacional para pessoas com deficiência, incluindo os surdos. Além disso, a metodologia desenvolveu uma perspectiva crítica inspirada na Teoria da Reprodução Social de Pierre Bourdieu, a fim de analisar os mecanismos de reprodução das desigualdades sociais no contexto da educação de surdos, sobretudo no que diz respeito à imposição do modelo clínico-terapêutico e à marginalização da língua e da cultura surdas.

A coleta de dados foi baseada em documentos disponíveis em fontes primárias e secundárias, como arquivos históricos, legislações educacionais e literatura acadêmica especializada. A pesquisa documental foi complementada por análises de textos que abordam a evolução das práticas educacionais e políticas públicas voltadas aos surdos, com foco nas transformações ocorridas nos últimos séculos.

O método de análise acompanhou uma linha interpretativa, que permitiu não apenas descrever os fatos históricos, mas também interpretá-los à luz da teoria crítica, buscando compreender como as práticas educacionais tradicionais desenvolvidas para a reprodução das desigualdades afeta a comunidade surda. Uma metodologia qualitativa se baseia, ainda, em um processo de triangulação, conforme proposto por Flick (2009), que possibilita a convergência de dados de diferentes fontes e a análise de múltiplas perspectivas para garantir a profundidade e a validade das interpretações.

Assim, essa pesquisa tem como objetivo analisar criticamente os documentos e teorias que relacionam a história da educação dos surdos no Brasil com a perpetuação de desigualdades sociais e culturais, utilizando como referência a perspectiva bourdieusiana de reprodução social e as transformações legislativas e pedagógicas que ocorrem ao longo do tempo.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

A análise deste trabalho se apoia na Teoria da Reprodução Social de Pierre Bourdieu, que revela como as instituições sociais, particularmente a escola, desempenham um papel central na perpetuação das desigualdades sociais. De acordo com Bourdieu (2013), o sistema educacional atua de forma a reproduzir o capital cultural das classes dominantes, disfarçando essas práticas sob a égide de uma meritocracia ilusória. Isso significa que, ao invés de ser um espaço de democratização e equalização de oportunidades, a escola acaba por legitimar e perpetuar as hierarquias sociais existentes, tornando-se um agente de reprodução social.

No contexto da educação dos surdos no Brasil, essa reprodução de desigualdades pode ser claramente observada. Historicamente, o ensino para surdos foi guiado pelo modelo clínico-terapêutico, que tratava a surdez como uma deficiência a ser "corrigida". A imposição do oralismo, uma abordagem que exigia que os surdos aprendessem a falar e a ler lábios, reflete o que Bourdieu denomina de "violência simbólica". Esta violência é exercida quando a cultura dominante, neste caso a ouvinte, impõe seus valores e normas

de forma a parecerem naturais e universais, relegando a cultura surda e sua língua – a Língua Brasileira de Sinais (Libras) – a um plano de inferioridade (Bourdieu, 2009).

Essa dominação simbólica na educação de surdos reflete o capital cultural privilegiado pela escola, que prioriza a fala e a audição, em detrimento das formas de comunicação visual, como Libras. Para Bourdieu (1998), o capital cultural consiste no conjunto de conhecimentos, habilidades e disposições que uma determinada classe social possui, e que é valorizado pelas instituições, especialmente a escola. No caso dos surdos, a marginalização da Libras e a imposição do oralismo excluem esses indivíduos de uma participação plena no sistema educacional e, conseqüentemente, na sociedade. Assim, a escola não apenas reproduz a desigualdade ao favorecer os alunos ouvintes, mas também perpetua a exclusão cultural e social dos surdos.

É possível entender que o habitus, conceito central na obra de Bourdieu, também está em ação nesse processo. O habitus refere-se às disposições internalizadas que orientam as práticas e percepções de um indivíduo. No caso da educação de surdos, o habitus dominante é aquele que valoriza a cultura ouvinte e impõe o oralismo, criando uma estrutura de expectativas e práticas que reproduz a marginalização dos surdos (Bourdieu, 2013). Esse habitus, incorporado tanto pelas instituições quanto pelos próprios indivíduos, reforça as barreiras que os surdos enfrentam na educação, dificultando o acesso pleno à sua própria cultura e linguagem.

A introdução da Libras como língua oficial do Brasil em 2002, por meio da Lei 10.436, e o avanço do modelo bilíngüe nas escolas representaram uma tentativa de romper com o processo de dominação simbólica e de reprodução social. Ao reconhecer a Libras como a língua materna da comunidade surda e o português como segunda língua, essas políticas visaram promover a inclusão dos surdos na educação e na sociedade de maneira mais equitativa (Quadros, 2012). Passadas mais de duas décadas de luta para comprovar o caráter da Libras como “língua”, essa afirmação pode parecer óbvia diante das conquistas sociais em relação aos direitos linguísticos dos surdos. No entanto, o contexto histórico retrata um cenário inicial em que as mais significativas pautas do movimento surdo brasileiro estavam estruturadas: oficializar a língua de sinais das comunidades surdas brasileiras, subsidiar essa ação com mobilização política, respaldar teoricamente o estatuto linguístico da Libras e garantir direitos sociais decorrentes do reconhecimento jurídico-legal como grupo cultural e linguístico minoritário (Fernandes; Medeiros, 2015). Apesar dos avanços legislativos e pedagógicos, a implementação efetiva do modelo bilíngüe para surdos ainda enfrenta resistências e desafios em várias partes do Brasil,

refletindo a persistência do poder simbólico da cultura ouvinte e a lenta desconstrução de práticas excludentes. Almeida e Menezes (2022) identificam as barreiras atitudinais como um dos principais obstáculos para a construção de uma escola inclusiva. Essas barreiras manifestam-se em preconceitos, estereótipos e resistências que permeiam o cotidiano escolar e que, muitas vezes, partem de educadores, alunos e até das famílias. Segundo os autores, essas atitudes impactam negativamente as relações interpessoais e o desenvolvimento pedagógico, dificultando o acolhimento de todos os alunos, especialmente daqueles com deficiências ou necessidades especiais.

Ainda sob a ótica de Bourdieu, mesmo com essas tentativas de inclusão, o sistema educacional brasileiro pode continuar a reproduzir certas desigualdades estruturais. A implementação desigual do ensino bilíngue e a falta de profissionais qualificados para ensinar Libras revelam que a mudança institucional ainda não foi suficientemente profunda para alterar o *habitus* dominante que desvaloriza a cultura surda. Soler e Martins (2022) discutem essa problemática ao tratar do aprendizado do português como língua adicional para surdos, defendendo que ele deve ocorrer em articulação com a Libras, reconhecida como língua matriz ou primeira língua da comunidade surda. As autoras argumentam que, para promover uma inclusão linguística efetiva, é fundamental que o ensino do português como segunda língua respeite a base linguística e cultural dos surdos, valorizando a Libras como ponto de partida para o aprendizado.

Além disso, sugere-se que o desenvolvimento de estratégias pedagógicas que utilizem práticas visuais e o ensino estruturado de leitura e escrita, alinhadas com as competências dos alunos em Libras, são essenciais para fortalecer tanto o aprendizado do português quanto a identidade cultural dos alunos surdos. Esse cenário evidencia que, enquanto as instituições educativas não avançarem em políticas consistentes de valorização da cultura e da língua surda, as barreiras atitudinais e estruturais continuarão dificultando a implementação de um ensino bilíngue inclusivo e de qualidade (Soler; Martins, 2022).

Para Bourdieu, as mudanças nas estruturas de poder simbólico e nas práticas institucionais exigem não apenas novas políticas, mas também uma transformação mais ampla nos valores e disposições que orientam essas instituições (Bourdieu, 2009). Em suma, a Teoria da Reprodução Social de Bourdieu oferece uma estrutura teórica valiosa para compreender como as desigualdades na educação dos surdos no Brasil foram historicamente reproduzidas. A partir dessa perspectiva, é possível analisar como o

sistema educacional brasileiro tem atuado para perpetuar a marginalização dos surdos e como as recentes mudanças, embora promissoras, ainda enfrentam desafios significativos para romper com essa lógica de reprodução de desigualdades. A aplicação dessa teoria à educação dos surdos nos permite não apenas mapear as barreiras históricas e atuais, mas também refletir criticamente sobre os caminhos necessários para a construção de uma educação verdadeiramente inclusiva.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Os resultados e discussões decorrentes desta pesquisa, baseados na Teoria da Reprodução Social de Pierre Bourdieu, apontam para uma análise crítica da história da educação dos surdos no Brasil, bem como para a compreensão dos mecanismos que perpetuaram a exclusão e marginalização dessa comunidade. A pesquisa revela que o sistema educacional, ao adotar o modelo clínico-terapêutico e promover o oralismo como a única forma legítima de comunicação, reforçou a violência simbólica contra os surdos, desvalorizando sua cultura e sua língua própria, a Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Os resultados sugerem que o modelo educacional tradicional de ensino para surdos, fundamentado no oralismo, serviu como um mecanismo de reprodução das desigualdades sociais. A imposição de uma norma linguística ouvinte, ao longo de décadas, privou os surdos do acesso à sua própria cultura e lhes impôs um capital cultural que eles não possuíam, como a língua falada. Como Bourdieu (2013) descreve, a escola, ao legitimar as normas da classe dominante, perpetua a exclusão de grupos marginalizados, como os surdos, ao transmitir um conjunto de valores e práticas que reforçam a posição subordinada desses indivíduos no campo social.

Ao longo da história, a ausência de políticas inclusivas que valorizassem a Libras contribuiu para a segregação educacional dos surdos. Antes do reconhecimento legal da Libras como língua oficial no Brasil, em 2002, a educação dos surdos era fortemente marcada pela marginalização linguística. Mesmo após a promulgação da Lei 10.436/2002 e do Decreto 5.626/2005, que regulamenta o uso de Libras, a implementação dessas políticas enfrenta desafios, como a falta de profissionais capacitados e a resistência de algumas instituições em adotar o ensino bilíngue (Quadros, 2012). Esse cenário revela a continuidade de práticas de reprodução simbólica, nas quais as instituições educacionais ainda falham em proporcionar uma educação que respeite a especificidade cultural dos surdos.



Outro ponto discutido nos resultados é a noção de capital cultural descrita por Bourdieu (1998). A pesquisa demonstra que, no caso dos surdos, o capital cultural valorizado pela escola é o da classe ouvinte, que domina o uso da língua oral. Dessa forma, os surdos, que têm a Libras como seu capital cultural legítimo, são sistematicamente desvalorizados no ambiente escolar. A falta de reconhecimento da Libras ao longo da história da educação dos surdos é um exemplo claro do que Bourdieu chama de "violência simbólica", ou seja, a imposição de uma cultura dominante que marginaliza e exclui outras formas de conhecimento e expressão (Bourdieu, 2009).

No entanto, os resultados também apontam para avanços significativos a partir do reconhecimento oficial de Libras e das políticas voltadas para a educação bilíngue. A partir dessas mudanças, observa-se uma tentativa de subverter a lógica de dominação e de desnaturalizar as práticas excludentes que caracterizaram a educação de surdos no Brasil. A educação bilíngue, que reconhece Libras como a língua materna dos surdos e o português como segunda língua, tem o potencial de transformar a maneira como a sociedade e a escola lidam com a surdez (Sá-Silva; Almeida; Guindani, 2009).

Entretanto, a implementação desse modelo ainda apresenta lacunas. Apesar das mudanças legais e pedagógicas, muitas escolas não estão adequadamente preparadas para oferecer uma educação bilíngue de qualidade, o que perpetua a desigualdade de acesso à educação plena para os surdos. Além disso, a persistência de atitudes ouvinte-centradas em muitas instituições revela que o habitus da dominação simbólica ainda está enraizado nas práticas educacionais (Bourdieu, 2013). Para que ocorra uma transformação mais profunda, é necessário não apenas mudar as leis e as políticas, mas também transformar as disposições internas da sociedade em relação à surdez e à cultura surda.

No contexto da Teoria da Reprodução Social, a educação de surdos no Brasil exemplifica o papel que a escola desempenha na perpetuação das desigualdades sociais. Apesar dos avanços conquistados pelas políticas de inclusão, a educação dos surdos ainda enfrenta desafios significativos para romper com a lógica de reprodução simbólica que marcou sua história. A falta de recursos, a resistência institucional e a persistência do modelo ouvinte-centrado são obstáculos que precisam ser superados para garantir uma educação verdadeiramente inclusiva e bilíngue para os surdos (Flick, 2009).

Por fim, os resultados desta pesquisa indicam que, embora haja progresso no reconhecimento da cultura surda e na implementação de políticas inclusivas, a reprodução das desigualdades ainda se manifesta em práticas educacionais que desvalorizam a Libras e impõem o oralismo como padrão. A teoria de Bourdieu permite não apenas descrever

esses processos, mas também questionar como as políticas educacionais podem ser mais eficazes em promover a equidade, garantindo que os surdos tenham acesso ao capital cultural que lhes pertence e que lhes permita uma participação plena na sociedade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As considerações finais deste trabalho apontam para a relevância de uma análise crítica da história da educação dos surdos no Brasil sob a perspectiva da Teoria da Reprodução Social de Pierre Bourdieu. A pesquisa evidencia que o sistema educacional brasileiro, historicamente, desempenhou um papel crucial na perpetuação das desigualdades sociais, especialmente no que tange à comunidade surda. Ao adotar o oralismo como abordagem predominante, o sistema educacional ignorou e desvalorizou a Língua Brasileira de Sinais (Libras), impondo uma cultura ouvinte e, com isso, privando os surdos de sua própria identidade e formas legítimas de comunicação.

A escola se constitui, enquanto espaço de transmissão de capital cultural, o qual tende a reforçar as hierarquias sociais existentes, favorecendo os grupos que detêm o capital cultural dominante, no caso, a cultura ouvinte. Essa dinâmica é um exemplo claro do conceito de violência simbólica, onde os surdos, ao longo de boa parte da história educacional, foram submetidos a uma imposição cultural que os posicionava em desvantagem, tanto em termos linguísticos quanto sociais.

No entanto, a introdução de políticas como a Lei 10.436/2002, que reconhece Libras como língua oficial, representou um avanço significativo no combate a essa reprodução das desigualdades. Embora a implementação do modelo bilíngue ainda enfrente desafios, como a resistência institucional e a falta de profissionais capacitados, o reconhecimento de Libras como língua materna da comunidade surda abriu caminhos importantes para uma educação mais inclusiva e justa.

Ainda assim, conforme a teoria de Bourdieu sugere, mudanças estruturais profundas são necessárias para que o sistema educacional deixe de perpetuar essas desigualdades. A transformação do habitus dominante, que historicamente valorizou a fala e a audição como principais meios de comunicação, é essencial para que a educação dos surdos possa ocorrer de maneira equitativa e respeitosa. Para que isso aconteça, é imprescindível que a sociedade e as instituições educacionais reavaliem suas práticas, garantindo que a inclusão de Libras e o respeito à cultura surda não sejam apenas simbólicos, mas efetivos.

Em suma, a aplicação da Teoria da Reprodução Social à educação dos surdos no Brasil revela um panorama de exclusão histórica que, apesar dos avanços legais e pedagógicos, ainda persiste em diversas formas. A mudança plena desse cenário requer não apenas a implementação de políticas inclusivas, mas também uma transformação cultural e social mais ampla, que valorize e respeite a diversidade linguística e cultural da comunidade surda.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, L. S. L.; MENEZES, A. B. C. Reconhecendo barreiras atitudinais para a construção de uma escola inclusiva. In: MENEZES, A. B. C. (Org.). **Ensinar e aprender: desafios para educação do século XXI**. Curitiba: ABPMC, 2022. cap. 11, p. 233-250.
- BOURDIEU, Pierre. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Petrópolis: Vozes, 2013.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp, 2007.
- FERNANDES, Sueli; MEDEIROS, Jonatas Rodrigues (orgs.). **Libras e arte: manifestações verbovisuais de artefatos culturais da comunidade surda**. São Paulo: Mercado de Letras, 2015.
- FLICK, Uwe. *Introdução à pesquisa qualitativa*. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- GESSER, Audrei. *Libras? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
- QUADROS, Ronice Muller de. *Educação de surdos: a aquisição da linguagem*. Porto Alegre: Artmed, 2012.
- SÁ, Nelson Pimenta de. *A educação de surdos no Brasil: trajetória e perspectivas*. Revista Brasileira de Educação, v. 31, pág. 333-348, 2006.
- SÁ-SILVA, Jackson de Toni; ALMEIDA, Cristóvão dos Santos; GUINDANI, José Fernando. *Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas*. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, v. 1, pág. 1-15, 2009.
- SILVA, Moisés Costa da. *História da educação de surdos: um estudo sobre o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES)*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Uberlândia, 2017.
- SKLIAR, Carlos. *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 1997.
- SKLIAR, Carlos. *A educação bilíngue para surdos: considerações e reflexões*. In:



ROCHA, Solange (organizadora). *Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?* . São Paulo: Moderna, 2011.

SOLER, Priscila Silveira; MARTINS, Vanessa Regina de Oliveira. **Língua portuguesa como língua adicional para surdos e o seu aprender em articulação com a Libras como língua matriz.** In: *Ensino bilíngue e educação de surdos: desafios e perspectivas.* Curitiba: ABPMC, 2022.